

A CRISE DO NEODESENVOLVIMENTISMO E AS PERSPECTIVAS DO TRABALHO: o Brasil no Século XXI

NEO-DEVELOPMENTALISM CRISIS AND THE PERSPECTIVES OF WORK: Brazil in the 21st Century

ALVES, Giovanni*

Resumo: O texto analisa o fenômeno “neodesenvolvimentismo” no Brasil sob o ponto de vista histórico e político, nos últimos quinze anos. Apresenta também um breve estudo sobre a conjuntura econômica e social de cada governo nesse período, as consequências e as perspectivas para o mundo do trabalho.

Palavras-chave: Política econômica. Evolução histórica. Precarização do trabalho.

Abstract: The article analyzes the “neo-developmentalism” phenomenon in Brazil from the historical and political point of view, during the past fifteen years. It also presents a brief study about the economical and social conjuncture of each government under this period, the consequences and perspectives for the world of work.

Keywords: Economic policy. Historical evolution. Job insecurity.

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno político denominado “neodesenvolvimentismo” foi produto histórico da fratura da hegemonia neoliberal ocorrida no

*Professor da Universidade Estadual Paulista em Marília, SP. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Coordenador-geral da Rede de Estudos do Trabalho - RET (<www.estudosdotrabalho.org>).

começo da década de 2000 na América Latina por conta da crise do modelo neoliberal adotado na década de 1990. Por exemplo, a partir da crise do neoliberalismo na Argentina, Venezuela, Brasil, Equador e Bolívia, surgiram várias experiências neodesenvolvimentistas pós-neoliberais - cada uma com sua particularidade concreta. Pode-se dizer que os Governos Lula e Dilma Rousseff (2003-2014) não podem ser enquadrados como governos neoliberais (como os de Fernando Henrique Cardoso na década de 1990), nem muito menos como governos pós-neoliberais, pois não conseguiram romper com a hegemonia neoliberal no plano das relações do sistema de poder mundial.

Procuro desvelar a natureza do fenômeno político dos governos neodesenvolvimentistas como sendo governos progressistas no interior do Estado neoliberal. No caso do Brasil, trata-se do caso excêntrico que expressa as profundas contradições do capitalismo periférico na era da crise do capitalismo global. Esta contradição histórica - mais uma! - manifestou-se no “excentrismo” político de governos neodesenvolvimentistas (Lula e Dilma) operando no interior do Estado neoliberal (em 2016, com a crise global, o Estado neoliberal expeliu por meio de um Golpe o governo neodesenvolvimentista - eis o significado essencial do Golpe de Estado de 2016).

Portanto, o Golpe de 2016 teve uma função heurística: desvelar o enigma do neodesenvolvimentismo como sendo o paradoxo de governos progressistas que visavam o crescimento da economia com inclusão social, que **não** conseguiram romper com a hegemonia neoliberal cristalizada no seio do Estado neoliberal no Brasil, cuja força provém do seu lastro histórico na formação oligárquico-autocrática do Estado burguês no Brasil. Os governos neodesenvolvimentistas de Lula e Dilma chegaram no Palácio do Planalto e se adaptaram (ou se acomodaram) às estruturas políticas do Estado neoliberal. Lula criou uma estratégia política - o lulismo - capaz de operar no interior do Estado neoliberal, adotando um programa político de crescimento com inclusão social (os pobres). Evitando a luta de classes, sedimentou um modo de conciliação de classe voltado para o pragmatismo da governabilidade buscando operar mudanças na estratificação social por meio do aumento do gasto público (transferência direta de renda) voltado para o combate à pobreza extrema e a redução da desigualdade social. Ao mesmo tempo, o projeto político do lulismo não buscou alterar as bases materiais da dominação histórica do Estado oligárquico-conservador no Brasil. O neodesenvolvimentismo lulista, conduzido por uma direção política **cesarista**, buscou reciclar o projeto de Estado-Nação desenvolvimentista no começo do Século XX.

A engenharia política de Lula foi operar uma nova forma de “revolução passiva” capaz de fraturar o bloco no poder do capital oligárquico sob hegemonia do capital financeiro, “colando” pedaços da burguesia interna com o apoio das camadas subalternas num programa

de choque de capitalismo com inclusão social (Boito, 2018). Tivemos naquele breve momento histórico (2003-2014), a aliança política frágil entre frações da burguesia interna e camadas subalternas com um projeto de desenvolvimento do capitalismo problemático na perspectiva de conjuntura de crise do capitalismo global a partir da grande recessão mundial de 2008-2009.

O projeto neodesenvolvimentista lulista, baseado na redução da pobreza extrema e da desigualdade social por meio do gasto público e de programas de transferência de renda tornou-se um “corpo estranho” no interior do Estado neoliberal (adotamos o conceito de Estado neoliberal como Estado ampliado, no sentido gramsciano, isto é, Estado como sendo constituído pela sociedade política e sociedade civil). A lógica burocrática interna do Estado neoliberal era garantir os interesses materiais de classe das frações burguesas dominantes - no caso a fração da burguesia rentista-parasitária, espinha dorsal do bloco no poder do capital no Brasil.

Na era do neodesenvolvimentismo lulista no Brasil, o foco da luta de classes concentrou-se cada vez mais na disputa interna das frações burguesas, a disputa no interior da ordem burguesa oligárquica - tal como ocorrera em 1930. O capital neoliberal abomina o aumento do gasto público de natureza social na medida em que ameaça no plano orçamentário o pagamento de juros e dividendos da dívida pública interna (as classes dominantes capturaram o mecanismo da dívida pública para garantir sua reprodução social, abocanhando mais da metade do orçamento público). Desde a crise do modelo nacional-desenvolvimentista, a oligarquia financeira ocupou posições de poder no seio do bloco no poder do capital. A partir do Governo FHC na década neoliberal, ela construiu o novo “modo de produção” rentista-parasitário e o Estado neoliberal. Com o neodesenvolvimentismo lulista, que operou no interior do novo Estado oligárquico-burguês, a oligarquia financeira ficou deveras inquieta com o protagonismo das classes subalternas, um protagonismo social passivo, na medida em que o povo não atuava em si ou para si, mas por meio do governo “populista” que dizia representá-lo.

A Constituição-Cidadã de 1988 expressou em si um paradoxo constitucional: por um lado, continha o princípio da necessidade de aumento do gasto público caso almejasse viabilizar o Estado democrático de direito. Entretanto, por outro lado, o bloco no poder do capital sob hegemonia da oligarquia financeira procurou resguardar-se na própria Constituição, que garantia a inércia estrutural do Estado oligárquico brasileiro, verdadeiro obstáculo para a efetividade das promessas dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários das classes subalternas. Enfim, a Constituição de 1988 manteve, em sua essência, o sistema de poder político oligárquico, com o Poder Legislativo e o Poder Judiciário como trincheiras conservadoras da República oligárquico-burguesa

e, do mesmo modo, manteve a estrutura tributária regressiva que historicamente beneficiou as classes dominantes. Na década de 1990, a Constituição de 1988 tornou-se peça de ficção política, permitindo que a oligarquia financeira sedimentasse o Estado neoliberal como novo modo de produção rentista-parasitário que capturou a dívida pública para a reprodução social de seus interesses de classe.

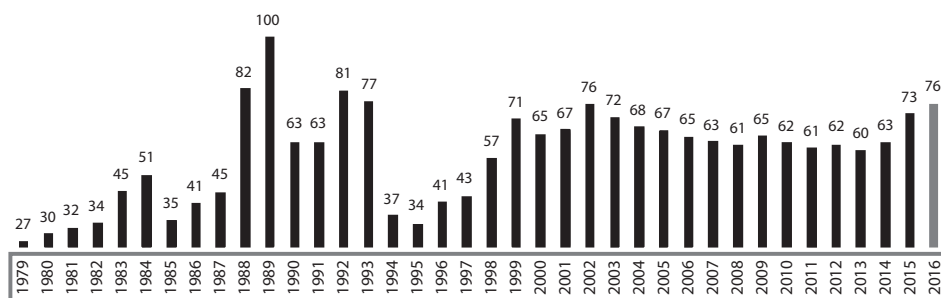
A transformação da ordem burguesa por conta das medidas neoliberais de Fernando Collor e FHC promoveu uma grande transformação na estrutura de propriedade que afetou a classe burguesa, fortalecendo a hegemonia financeira no seio da classe proprietária. A decadência da burguesia industrial e a ascensão das frações rentista-parasitárias sintonizavam-se com a mundialização do capital sob hegemonia financeira que ocorreria no capitalismo global. Na década de 2000, com os governos neodesenvolvimentistas, principalmente a partir da crise de 2008-2009, ressurgiu o paradoxo da Constituição de 1988, sendo a contradição entre governos neodesenvolvimentistas e o Estado neoliberal como lastro do “modo de produção” rentista-parasitário, o responsável pelo Golpe de 2016.

É preciso deixar claro o sentido dos conceitos utilizados na reflexão crítica. Primeiro, temos utilizado o conceito de **neodesenvolvimentismo** ao contrário de neoliberalismo ou social-liberalismo. Ao utilizarmos neodesenvolvimentismo salientamos a descontinuidade com respeito a neoliberalismo, embora uma descontinuidade não ruptural. No que diz respeito ao social-liberalismo, salientamos, ao utilizar neodesenvolvimentismo, o foco no projeto de desenvolvimento (crescimento da economia com inclusão social) que o conceito de social-liberalismo despreza, embora saliente outra dimensão que consideramos legítima: o caráter limitado de conciliação de classe da proposta neodesenvolvimentista. Ao mesmo tempo, o neodesenvolvimentismo não pode ser (e nem poderia ser) um nacional-desenvolvimentismo. Trata-se de épocas históricas diferentes - Lula (ou Dilma) nunca pretenderam ser Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e, muito menos, Jango (João Goulart). A temporalidade histórica do capitalismo global e a crise de hegemonia neoliberal no mundo - o que não quer dizer que o Brasil é o elo mais forte da hegemonia neoliberal na América Latina - coloca novas problemáticas para o projeto desenvolvimentista no interior da ordem capitalista. Finalmente, ao utilizamos a noção de “**modo de produção**” **rentista-parasitário** na trilha reversa da noção de “modo de produção social-democrata”, utilizado outrora por Francisco de Oliveira, não tratamos a rigor de um novo modo de produção no sentido marxista. Utilizamos o termo “modo de produção” para salientar uma mudança significativa na operação da dominação burguesa no Brasil no plano da formação material do Estado burguês (a dominação da classe burguesa).

Gráfico 1

Trajетória da dívida pública no Brasil

(A ascensão do “modo de produção” rentista-parasitário)



Fonte: FMI/BCB (Disponível em: <<http://terraeconomico.com.br/evolucao-da-divida-publica-brasileira-desde-1978-um-grafico-para-voce-refletir>>).

O Estado neoliberal que se constituiu na década de 1990 no interior da formação oligárquico-burguesa do Estado político brasileiro articula, a partir de si, um novo “modo de produção” que se reforça pela integração à lógica da financeirização do capitalismo global. Ele é produto da ação política da oligarquia financeira que vai ganhando espaço político por conta da crise do modelo nacional-desenvolvimentista e por conta do enfraquecimento da burguesia industrial, base do projeto nacional-desenvolvimentista. As mutações da propriedade burguesa na década de 1990 fundamentam a mudança no bloco no poder do capital em direção à dominância da oligarquia financeira. O projeto neoliberal assumiu sua dimensão política representando os interesses da nova fração oligárquica, que se torna dominante e dirigente ideologicamente das camadas e frações da burguesia e pequeno-burguesia tradicional, à sombra do Estado oligárquico e da nova pequeno-burguesia que nasce no seio do novo salto de modernização conservadora que nasceu com a integração do Brasil com o capitalismo global a partir de 1990.

No começo do Século XXI, no plano externo, existe uma disputa de projetos de desenvolvimento do capital. A vantagem do projeto político neodesenvolvimentista de Lula e Dilma foi perceberem a oportunidade histórica de inserirem o Brasil no circuito do novo bloco geopolítico de desenvolvimento do capital, tendo em vista que o bloco neoliberal, imerso nas contradições da crise estrutural de lucratividade e crise de legitimidade, demonstra no começo do Século XXI sinais de debilidade histórica. O Ocidente neoliberal nada promete para a periferia capitalista a não ser a barbárie histórica. O Brasil com Lula e Dilma operava no plano geopolítico para se desligar (ou abandonar o vínculo orgânico) do polo decadente do capital no plano global. O Golpe de 2016 interrompeu diruptivamente o movimento geopolítico do Brasil.

No plano interno, o projeto neodesenvolvimentista que surgiu no Brasil de modo sutil, lento - ou devagar quase parando - operava a

contradição entre crescimento capitalista e inclusão social. Enquanto o capitalismo global ascendia “surfando” na bolha financeira da década de 2000, o projeto neodesenvolvimentista sustentou-se evitando o choque redistributivo, pois o lulismo operava o ganha-ganha entre as classes sociais. Na medida em que ingressamos na crise do capitalismo global, e explodiu a crise fiscal na última metade do Governo Dilma, sob “fogo cruzado” da oposição neoliberal principalmente a partir de 2013, expeliram-se como lava de vulcão adormecido as contradições de classe no interior do bloco no poder e entre as classes sociais.

O projeto civilizatório possível no seio de “revoluções passivas”, como pode ser considerado o lulismo, busca fazer aquilo que István Mészáros salientou como sendo “conquistar a montanha” (Mészáros, 2015). Mas o que é a “montanha”? É o Estado. Entretanto, no caso do Brasil, desde a crise do Estado nacional-desenvolvimentista, abriu-se um lapso histórico no interior do qual constituiu-se um novo Estado oligárquico-burguês, nascido no seio da ditadura civil-militar e na transição para a integração com o capitalismo global, de feição neoliberal. O Estado neoliberal que se consolidou na década de 1990, com os Governos Collor e FHC, tornou-se expressão política do desenvolvimento material de um novo “modo de produção” capitalista, o “modo de produção” rentista-parasitário, que se organizou a partir da captura do mecanismo da dívida pública para se consolidar como fração do bloco no poder do capital. No plano das classes sociais, a metamorfose da classe da burguesia acusa o protagonismo estrutural da burguesia financeira em detrimento da burguesia industrial, capaz de empenhar-se num projeto neodesenvolvimentista.

O projeto neodesenvolvimentista, para viabilizar-se na década de 2000, operou um “Frankenstein” burguês (a burguesia agroextrativista-industrial e a burguesia das empreiteiras) com a classe-apoio do subproletariado e classe operária organizada. A burguesia industrial brasileira possui hoje uma saliente espinha dorsal financeirizada, adquirindo pouca representatividade na condução política do bloco no poder do capital, hegemônico pela oligarquia financeira.

A oligarquia financeira dominante no Brasil tem uma obsessão: o equilíbrio do orçamento e a inflação (o que é compreensível, pois diz respeito a seus interesses de fração de classe: manter o “valor fictício” dos papéis da dívida pública que possui, garantindo a extração de uma renda do montante orçamentário da União a título do pagamento de juros e dividendos). Esta fração hegemônica de classe despreza com horror o gasto social, isto é, um Estado forte **para os pobres**. Não se preocupa com desigualdade social, concentração de renda e crescimento da pobreza. Entretanto, o horizonte político da direita brasileira, que atua como “cão-guarda” dos interesses da oligarquia financeira, é mais do que nunca incapaz de se sustentar politicamente no interior da ordem democrático-burguesa - embora possa fazê-lo por inércia estrutural, administrando a crise social crônica.

No plano internacional, estamos hoje diante da disputa de dois modelos de desenvolvimento capitalista no mundo: o capitalismo neoliberal, representado pelas forças da União Europeia, Estados Unidos da América e Japão, e forças hegemônicas da desregulamentação das formas de facilitação do capital financeiro. Portanto, o que temos hoje - fins da década de 2010 - no Brasil e no mundo, é uma disputa de projetos de desenvolvimento do capital no Século XXI. Não está no horizonte da luta política o socialismo, embora sua necessidade histórica coloque-se cada vez mais. Esta é uma contradição profunda do nosso tempo histórico. O socialismo depende de como vamos avançar na luta pela democratização e formação da consciência de classe, processo ideológico-cultural bastante complexo e difícil, pois a esquerda socialista ainda está imersa em sua crise de identidade e as transformações objetivas e subjetivas do mundo do trabalho - no Brasil e no mundo (Ocidente e Oriente), adquirem proporções inéditas, só comparáveis àquelas ocorridas no alvorecer da Primeira Revolução Industrial.

2 AS CONJUNTURAS HISTÓRICAS DO NEODESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL (2003-2014)

Podemos discernir três conjunturas do neodesenvolvimentismo no Brasil. É importante caracterizá-las para que possamos nos situar enquanto analistas lúcidos da sociedade e da política brasileira diante do cenário mundial de crise do capitalismo global. Trata-se de um processo histórico recente que aponta tendências de desenvolvimento cruciais para a luta de classe no Brasil.

2.1 A conjuntura de 2003-2006

O primeiro movimento da conjuntura do neodesenvolvimentismo no Brasil ocorreu de 2003 a 2006. É o primeiro Governo Lula. Eleito em 2002 pela Frente Brasil Popular, Luiz Inácio Lula da Silva dá início, passo a passo, ao projeto do neodesenvolvimentismo articulando movimentos cuidadosos da política de conciliação de classe e programa de mudança social. O lulismo aparece como a estratégia política de articular alianças parlamentares capazes de garantir a governabilidade da ordem burguesa no Brasil, evitando o enfrentamento com os interesses da oligarquia financeira, ao mesmo tempo aproveitando a conjuntura de bonança da economia mundial para promover programas de combate à pobreza extrema no Brasil.

Inicia-se em outubro de 2003 o Programa Bolsa Família, programa de transferência direta de renda no Governo Lula, que unificou e ampliou os seguintes programas anteriores de transferência de renda: Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação - Bolsa Escola (Lei n. 10.219, de 11 de abril de 2001 - Governo Fernando Henrique Cardoso);

Cadastramento Único do Governo Federal (Decreto n. 3.877, de 24 de julho de 2001 - Governo Fernando Henrique Cardoso); Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação (Medida Provisória n. 2.206-1, de 6 de setembro de 2001 - Governo Fernando Henrique Cardoso); Programa Auxílio-Gás (Decreto n. 4.102, de 24 de janeiro de 2002 - Governo Fernando Henrique Cardoso); Programa Nacional de Acesso à Alimentação - Fome Zero (Lei n. 10.689, de 13 de junho de 2003 - Governo Lula). Portanto, Lula opera um salto de racionalização dos programas de combate à pobreza no Brasil, tornando-o a vitrine política do governo neodesenvolvimentista. A transferência de renda teria efeito macroeconômico na ampliação do mercado interno de massa, além de dar base política eleitoral para o novo governo, permitindo o processo de reformas graduais no interior da ordem burguesa oligárquica.

Entretanto, a base parlamentar limitada e a nova ofensiva neoliberal com denúncias de corrupção no seio do governo do Partido dos Trabalhadores, promovidas pela Revista Veja e acolhidas pelo Ministério Público Federal e Supremo Tribunal Federal (o “Escândalo do Mensalão” explode em 2005, portanto, às vésperas das eleições de 2006), obrigam Lula a aprofundar o movimento do lulismo como estratégia política da aliança neodesenvolvimentista, visando, por um lado, ampliar o Programa Bolsa Família, criando uma nova base social eleitoral com os pobres, e, por outro lado, uma nova base política atraindo para a aliança de governo o Partido do Movimento Democrático Brasileiro sob a presidência de Michel Temer. O lulismo demonstrou ser a arquitetura do pragmatismo político visando a reforma social gradual da ordem oligárquica.

Na verdade, as eleições de 2006 foram o ponto de inflexão da conjuntura do neodesenvolvimentismo. A reeleição de Lula (2007-2010) garantiu o salto da nova estratégia do PT (o lulismo), inaugurando-a como a estratégia fundamental para a articulação da reforma gradual com pacto conservador. A decisão de fazer aliança com o PMDB foi um cálculo político que sinalizou o aprofundamento do pacto conservador como mote para a construção de base parlamentar capaz de garantir a governabilidade da ordem - apesar da ofensiva persistente da oposição neoliberal na sociedade política e na sociedade civil.

2.2 A conjuntura de 2007-2010

A segunda conjuntura do neodesenvolvimentismo, ocorrida no segundo Governo Lula, foi uma conjuntura de transição para o período de crise do capitalismo global e os impasses que conduziram para o próprio debacle do projeto neodesenvolvimentista com o Governo Dilma e o período da nova ofensiva neoliberal. Foi uma conjuntura de acúmulo de força no interior de um molde político de conciliação de interesses oligárquicos que sustentavam o governo. Apesar da recessão mundial

de 2008-2009 que surpreendeu logo após o primeiro o Governo Lula, o núcleo dirigente do PT indicou e elegeu Dilma Rousseff em 2010. Apesar do prosseguimento das denúncias do Escândalo do Mensalão no STF e do intenso fogo midiático da Revista Veja e TV Globo, a base parlamentar do governo (a base aliada) manteve-se intacta com sua maioria fechando com o governo, e a situação da economia brasileira, com a política de transferência direta de renda e facilitação de crédito para consumo como política contracíclica, contribuíram efetivamente para o enfrentamento dos impactos da recessão global de 2008-2009 e para o sucesso eleitoral em 2010. Naquela época não se percebia que a profunda recessão global no núcleo orgânico do sistema do capital abriu uma nova etapa de desenvolvimento da economia capitalista mundial (a crise do capitalismo global), com impactos no plano geopolítico e social.

Primeiro, a *big recession* de 2008-2009 não representou, como o *crash* de 1929 em Wall Street, perdas reais para o capital financeiro, a fração capitalista responsável pelo profundo debacle financeiro. Isso ocorreu porque o poder do capital financeiro, base orgânica do capitalismo global, tornou-se um poder enraizado nas entranhas do sistema mundial do capital. Os governos de orientação liberal, democrata ou socialista dos países capitalistas centrais (EUA, Japão e União Europeia), em nome da sustentação da ordem burguesa, socorreram com ajudas trilionárias os bancos em apuros e - no caso da União Europeia - criaram programas de austeridade neoliberal visando acertar as contas públicas depauperadas pelo “Moloch do capital”. Trabalhadores assalariados do setor público ou setor privado, aposentados e pensionistas tiveram que se sacrificar para resgatar a ordem burguesa debilitada pela farra especulativa do capital financeiro de 2001 a 2007 (o capital no Século XX agiu como verdadeiro Moloch, o deus fenício da Antiguidade que exige sacrifícios humanos) - tanto na Primeira Guerra Mundial e Segunda Guerra Mundial, para resolver impasses do imperialismo, o capital sacrificou milhões de pessoas nos campos de batalha; e hoje, nas políticas de austeridade neoliberal em prol da manutenção da ordem especulativo-parasitária e suas camadas dirigentes, o capital sacrifica as conquistas civilizatórias oriundas da conjuntura de luta de classe do pós-guerra (*welfare state* no centro capitalista, projetos de formação do Estado-Nação e industrialização da periferia subordinada em ex-colônias do Ocidente capitalista).

Não nos interessa discutir aqui o **complexo causal da crise do capitalismo global**, a nova forma histórica de desenvolvimento do capitalismo tardio a partir de 1989-1991 (ALVES, 2018). Em síntese, poderíamos dizer que a natureza da crise do capitalismo global diz respeito, no **plano da essência**, à pressão histórica pela queda da taxa de lucratividade das corporações globais, pelo menos desde meados da década de 1960 (com leve recuperação em meados da década de 1980), decorrente do aumento persistente da composição

orgânica do capital (mais trabalho morto em detrimento de vivo nos nichos de acumulação de capital), movimento que impulsionou **contratendências** à queda da taxa de lucro (mundialização do capital industrial, comercial e bancário; políticas de liberalização comercial e desregulamentação neoliberal, precarização estrutural do trabalho visando aumentar a taxa de exploração etc.), e **movimentos de deslocamento de contradições** (o principal deles, a financeirização da riqueza capitalista, base material da vigência do capital financeiro). Na verdade, a dialética entre essência, aparência e continência histórica compõe o quadro complexo de crise do capitalismo global que a *big recession* de 2008-2009 explicitou, projetando-nos para um novo patamar histórico de contradições da dinâmica do capital financeiro e crise de hegemonia dos EUA diante da ascensão da China no cenário do mercado mundial.

A partir da conjuntura de 2008-2009 no cenário global - que coincide com o fim do segundo Governo Lula no Brasil - temos a crise do capitalismo global na sua forma histórica de políticas de austeridade neoliberal, como resposta do capital financeiro ao debilitamento das contas públicas utilizadas para salvar o sistema bancário internacional e os interesses da burguesia financeira, e a reorganização geopolítica da hegemonia dos EUA em disputa no norte da África, Oriente Médio e Ásia. As políticas de austeridade neoliberal promoveram a movimentos de contenção de crescimento da economia global em fase de longa depressão. O movimento complexo de economia e política do capital levariam, em 2014, à desaceleração da China e à queda dos preços das *commodities*.

A crise da economia dos países ditos emergentes, como o Brasil, foi a oportunidade para a derrota eleitoral ou derrubada de governos neodesenvolvimentistas na América do Sul, além de debilitar experiências pós-neoliberais baseadas em modelos de desenvolvimento lastreados na exportação de *commodities* (Venezuela, por exemplo). A crise do capitalismo global na forma de longa depressão (ROBERTS, 2016) fecha seu círculo de propagação na metade da década de 2010. No Brasil a vítima é o Governo Dilma, que expõe os limites do neodesenvolvimentismo como experiência de mudanças sociais (combate à pobreza por meio do gasto público e transferência direta de renda) utilizando estratégias internas de conciliação de classe (como fez o lulismo) e articulações externas com políticas internacionais contraimperialistas (por exemplo, o movimento diplomático do Brasil com o BRICS).

2.3 A conjuntura de 2011-2014

O terceiro movimento da conjuntura do neodesenvolvimentismo foi caracterizado pela explicitação dos limites do neodesenvolvimentismo no plano da economia, e depois, no plano da política como estratégia de conciliação de classe. No plano da economia, o Brasil tornou-se na década de 2000 um destacado exportador de *commodities* com os Governos Lula **não** alterando o perfil de desindustrialização do Brasil, que vinha da década de 1990. Embora tenha diminuído a vulnerabilidade externa da economia

brasileira, o modelo de desenvolvimento nos dois Governos Lula manteve-se atrelado à exportação de *commodities*. Como demonstra a Tabela 1 (extraída do artigo), desde a década de 1990 existe um processo de **reprimarização** da pauta de exportações do Brasil com a queda significativa da participação dos manufaturados no total de exportações (por exemplo, em 2011, primeiro ano do Governo Dilma, a taxa de participação de bens manufaturados na exportação brasileira regrediu para taxas inferiores àquela do ano de 1980 - de 44,8% para 36,8%). Na década de 2000, a *commodity dependence* foi um traço comum às economias ditas emergentes que “surfaram” na onda de liquidez internacional e a aceleração da industrialização da China (tais como a Venezuela de Hugo Chávez, a Argentina de Cristina Kirchner e a Rússia de Vladimir Putin - no caso do Brasil, os produtos básicos na pauta de exportação evoluíram de 29,9% em 2006 para 48,9% em 2011).

Não nos interessa tratar da economia política dos Governos Lula, mas apenas salientar que a persistência de problemas estruturais da macroeconomia brasileira desde a década de 1990, como o câmbio barato e o baixo investimento interno, iriam, mais tarde, na conjuntura de crise no Governo Dilma, expor os limites irremediáveis do projeto neodesenvolvimentista no plano da economia (quando deu início à reparação da macroeconomia da década de 2000, o Governo Dilma logo viu-se tragado pelo torvelinho da crise da economia e da política do lulismo).

Tabela 1
Brasil: Exportações segundo fator agregado (%)

Ano	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados
1964	85,4	8,0	6,2
1980	42,2	11,7	44,8
1985	33,3	10,8	54,9
1990	27,8	16,2	54,2
1995	22,9	20,8	56,2
2000	23,4	15,8	60,7
2006	29,9	14,5	55,6
2007	32,8	13,9	53,5
2008	37,9	13,8	48,1
2009	41,4	13,7	45,0
2010	45,5	14,3	40,2
2011	48,9	14,3	36,8

(*) Exclui Operações Especiais.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

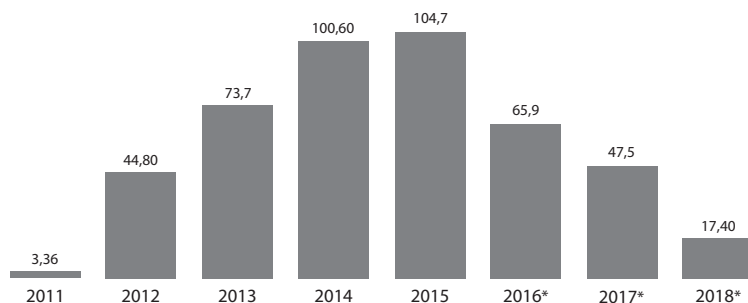
Com a crise do capitalismo global, a partir de 2008-2009, ocorreram mudanças na economia global que levaram as experiências neodesenvolvimentistas latino-americanas para situações de impasses estruturais, expondo, no caso do Brasil, problemas fiscais ocasionados pela gestão da macroeconomia de Lula. Com Dilma, procurou-se incentivar o investimento privado com desonerações fiscais que não produziram efeito no alavancamento da economia,

diante do ciclo de desaceleração e recessão que se avizinhava. De certo modo, no plano interno da conjuntura do Governo Dilma de 2011-2014 observou-se um movimento similar àquele observado no centro capitalista, quando o governo dos EUA e governos europeus, depois que socorreram os bancos com ajudas trilionárias, foram obrigados a enfrentar a crise fiscal, sacrificando os gastos sociais do orçamento público com a política de austeridade neoliberal¹.

No Brasil de Dilma Rousseff, o ajuste fiscal ocorrido em fins de 2014-2015, com o Ministro Joaquim Levy, foi a resposta do capital financeiro, que controla o Estado brasileiro, à crise do orçamento público diante da crise da economia brasileira (queda do preço das *commodities*, por exemplo), e das políticas de desonerações/incentivo fiscal às grandes empresas visando restaurar o investimento privado (a partir de 2015, a crise e o ajuste fiscal reduziram as desonerações fiscais, conforme demonstra o Gráfico 2).

Como experiência neodesenvolvimentista, a operação de ajuste fiscal engendrada sob o primeiro Governo Dilma (2011-2014) foi posta como uma operação necessária caso se quisesse a manutenção dos programas sociais, base político-eleitoral dos governos dos PT desde 2003.

Gráfico 2
Renúncias Fiscais no Governo Dilma
(2011-2014)
(em bilhões de Reais)



* A renúncia fiscal prevista para 2016, 2017 e 2018 é gerada por medidas anunciadas pelo governo desde 2013 com vigência para os anos seguintes. Fonte: Receita Federal.

Um detalhe importante: o baixo investimento privado no Brasil sinaliza um problema estrutural do capitalismo brasileiro que é, de forma congênita, lastreado na superexploração da força de trabalho. As experiências neodesenvolvimentistas com Lula e Dilma (2003-2014) não conseguiram

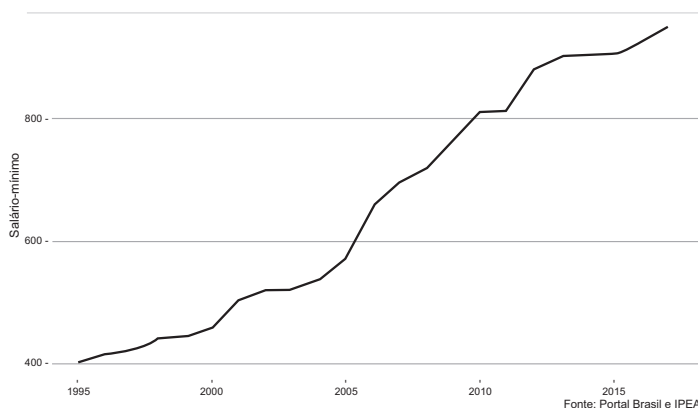
¹Na União Europeia, a política de austeridade neoliberal foi a resposta do capital financeiro à crise dos orçamentos públicos decorrente do salvamento dos bancos diante do *crash* financeiro em 2008-2009. Por exemplo, o plano de ajuda ao sistema financeiro, anunciado pelo governo de George W. Bush em 2008, ultrapassou US\$ 2,6 trilhões. Na Inglaterra, a tentativa de conter a crise bancária em 2008 exigiu o pacote de nacionalização de instituições e ajuda ao setor bancário, que chegou a US\$ 1 trilhão. Na Alemanha, o governo alemão anunciou uma ajuda recorde a bancos de 500 bilhões de Euros. Na Espanha, outros quatro bancos foram socorridos com uma injeção de capital de US\$ 48 bilhões.

alterar a lógica estrutural do capitalismo dependente. Prosseguir aumentando o salário-mínimo em termos reais, como ocorreu em dez anos de Lula e Dilma, exigia, caso se quisesse preservar a acumulação de capital, aumentar a produtividade do trabalho. Mas chegou-se no limite e pouco se fez.

O aumento do salário-mínimo, salário referência para a taxa de exploração da força de trabalho da economia brasileira (pelo menos desde o começo da década de 2000, sendo alavancado na era do neodesenvolvimentismo com o Acordo de Valorização do Salário-mínimo, com as Centrais Sindicais em 2010) operou, de certo modo, no plano da lei do valor, uma pressão para baixo da taxa de lucratividade, ao lado da pressão da espoliação financeira que historicamente penaliza a lucratividade do capital produtivo sem envergadura financeira (o que não é o caso do capital oligopólico)².

Com os primeiros indícios de crise da economia brasileira a partir de fins de 2012, o clamor da burguesia brasileira - industrial e comercial - foi pela Reforma Trabalhista. Por exemplo, a CNI - Confederação Nacional da Indústria - propôs em dezembro de 2012 as **101 medidas para modernizar relações trabalhistas no Brasil** - em síntese, a confederação empresarial propôs fundamentalmente a exploração do trabalho. É sintomático que não tenha manifestado-se contra a taxa de juros elevada, a espoliação financeira historicamente constitutiva do capitalismo oligopolizado no Brasil, demonstrando a hegemonia do capital financeiro no seio da classe burguesa no Brasil. Pressionado, o Governo Dilma não incorporou a pauta da Reforma Trabalhista - a crise política da base de sustentação parlamentar do projeto neodesenvolvimentista começou em 2013.

Gráfico 3
Salário-mínimo no Brasil
(Média anual, em R\$ de março de 2018, corrigido pelo INPC)



²De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, entre 2002 e 2016, por exemplo, o salário-mínimo no Brasil teve 77% de valorização real, ou seja, acima da inflação. Esse processo foi reforçado a partir de 2011, quando foi estabelecido por lei

Ao tratarmos de projeto de desenvolvimento capitalista e aliança política de classe, é importante decifrar o perfil da burguesia brasileira, principalmente depois da grande transformação das reformas neoliberais da década de 1990. Tal perfil sociológico (e político-ideológico) da classe social da burguesia acusa a dificuldade, hoje mais do que nunca, de considerá-la parceira em projeto de desenvolvimento de acordo com a perspectiva neodesenvolvimentista (crescimento da economia e inclusão social). Grosso modo, vamos delinear o perfil da burguesia brasileira, a classe social dominante e dirigente do capitalismo brasileiro. Vejamos.

Uma parte da burguesia - a parcela que apoiou os governos neodesenvolvimentistas - era composta pela **burguesia do agronegócio e da mineração** visando a exportação (*commodities*). Com o Brasil adotando o modelo do agro *business*, essa parcela importante da burguesia agro-extratrista-industrial, que respondia por mais de 50% do Produto Interno Bruto brasileiro, foi homenageada por Lula. Ela financiou parcela importante de deputados federais e senadores no Congresso Nacional, constituindo a bancada ruralista.

A outra parcela da burguesia brasileira operava o **capitalismo das empreiteiras**, sócias do Estado, celeiro histórico de corrupção da coisa pública, não combatida a contento pelos governos neodesenvolvimentistas (o vínculo entre o sistema político e a burguesia de empreiteiras tornou-se explicitado, por exemplo, pela Operação Lava Jato, que não visava combater o vínculo estrutural da corrupção da coisa pública, mas sim, oportunisticamente capturar o PT e o governo neodesenvolvimentista que operava o funcionamento do Estado burguês brasileiro). Obviamente era a burguesia das empreiteiras que se promiscuía com a praxe histórica do Estado oligárquico brasileiro, que funcionava (ou funciona) à base de propinas, canalizadas como “caixa 2” para campanhas políticas.

Por fim, a **burguesia industrial oligopolizada**, das grandes empresas multinacionais da indústria, comércio e serviços, e por outro, logo abaixo delas, o conjunto de fornecedores e sócios do grande capital, miríades de empresas de capital nacional, médias e pequenas (o setor empresarial que mais emprega no Brasil). A crise do capitalismo global pressionou para baixo a lucratividade do setor produtivo no Brasil, que diante da inércia estrutural da lógica da superexploração do trabalho, pressionou pela Reforma Trabalhista, visando aumentar ainda mais a taxa de exploração. Diante do capitalismo limitado em seu mercado interno de massas, optou pela especulação financeira, que lhe oferecia

(Lei n. 12.382/2011) um critério objetivo para definir o reajuste: o índice de inflação do ano anterior, acrescido da taxa de crescimento da economia de dois anos antes. Esse resultado alterou o mercado de trabalho e resgatou milhões de pessoas da pobreza, inclusive aquelas que já tinham carteira de trabalho assinada. O salário era tão baixo que ele estava na linha da pobreza. Com a atual regra de correção do valor, houve um resgate desses trabalhadores da pobreza. Hoje ter uma carteira assinada ou receber um salário um pouco acima do mínimo coloca em outro patamar de consumo e de qualidade de vida.

melhores perspectivas para fazer mais dinheiro. Na verdade, o objetivo do capitalista não é vender, mas extrair mais-valor, embora precise realizá-la efetivamente no mercado.

Entretanto, a fração hegemônica da burguesia brasileira é a **fração financeira**, representada pelos bancos, que detêm a maior parcela da dívida pública. Em 2012, visando combater o viés rentista da burguesia e aumentar o atrativo do mercado interno de massa por meio do crédito, o Governo Dilma reduziu os juros e utilizou os bancos públicos para aumentar crédito. Ao mesmo tempo, o governo lançou os projetos “Minha Casa, Minha Vida” e “Luz para todos” etc., e uma nova etapa do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), grande investimento público em infraestrutura, mobilizando também a burguesia de empreiteiras. Foi uma iniciativa visando aumentar o investimento interno e confrontar a oligarquia financeira, buscando criar condições para viabilizar o capitalismo produtivo.

A partir de 2013, o investimento privado não se alavancou, apesar das desonerações fiscais. As contas públicas debilitadas pelo arranque neodesenvolvimentista em 2012, o movimento de alta da inflação, apesar da contenção de reajuste das tarifas públicas (a pressão inflacionária é estruturalmente um componente da luta de classes). Ao mesmo tempo, em 2013 o Governo Dilma é acuado pelo oportunismo político dos aliados do PMDB pressionando por cargos e por reformas neoliberais para ajustar as finanças e aumentar a taxa de exploração (em 2016, o PMDB traduziria o programa neoliberal no documento “Ponte para o Futuro”).

O ano de 2013 é o período de inflexão conjuntural do neodesenvolvimentismo com o crescimento da ofensiva política neoliberal visando eleições em 2014. Logo no começo de 2014, ano eleitoral, foi criada a Operação Lava Jato, o espetáculo midiático que mobilizou as camadas médias com denúncias de corrupção, desvelando os esquemas de propinas vinculando o sistema político - com foco no PT - com a burguesia das empreiteiras.

Numa visão retrospectiva, a ousadia do Governo Dilma, mais do que a dos Governos Lula, com respeito a criar condições infraestruturais e geopolíticas para o deslanche neodesenvolvimentista, só foi comparável a seu despreparo político (o de Dilma) para lidar com a voracidade da ofensiva neoliberal no Brasil como componente das turbulências da crise do capitalismo global. A mobilização social do precariado, as camadas médias assalariadas inquietas com o choque de capitalismo do neodesenvolvimentismo, que não se traduziu na melhoria da qualidade de vida e perspectivas de carreiras para elas; a pressão da inflação e a intensificação da manipulação midiática (TV Globo e redes sociais); a crise política da governabilidade (o desmonte da base aliada). A crise de governo expunha os limites do neodesenvolvimentismo como projeto político nas condições do Estado neoliberal no Brasil. A ofensiva neoliberal era

constituída na sociedade política e sociedade civil que caracterizavam o Estado ampliado, que no Brasil possuíam traços oligárquico-liberal, corporativista e patrimonialista.

Mas a crise do Governo Dilma não impediu a vitória do governo nas eleições de 2014. Dilma é reeleita, mas a partir de 2015 não consegue governar. O Estado neoliberal não admite mais o governo neodesenvolvimentista. O governo concilia adotando ajuste fiscal que aprofunda a recessão, criando condições para o processo do Golpe de Estado de 2016, golpe de novo tipo, que descrevemos alhures.

No cenário externo de crise do capitalismo global, compondo a conjuntura de crise e limites do neodesenvolvimentismo a partir de 2013, a China desacelera, ela reduz pela metade o índice de crescimento. E a China é o nosso grande parceiro comercial, pois nós exportávamos muito para a China. Só que ela desacelera pela metade - e ela não fazia isso há mais de 10 anos. As *commodities* caíram por conta do aprofundamento da crise mundial. O petróleo caiu pela metade, e a Venezuela está afundando porque depende muito da receita do petróleo. Dizem até algumas coisas da Arábia Saudita, que havia americanos para tentar quebrar as resistências a esse projeto de desenvolvimento mundial do capitalista neoliberal. O fato é que o Brasil em 2013 entra em uma espiral de crise. Uma crise sobre as questões das contas, só que é um governo com muitos limites do neodesenvolvimentismo.

Os Governos Lula e Dilma focalizaram nas políticas de combate à pobreza extrema, política de transferência de renda - principalmente para pessoas mais pobres da população -, mas esses governos não se preocupavam, tiveram muitas dificuldades, e parte dessas dificuldades tem a ver com a questão orçamentária de estar investindo, de estar lutando, de estar melhorando a qualidade dos serviços públicos - educação, saúde, transporte público. Com os choques do capitalismo, esse problemas passaram a se tornar muito agudos nas grandes metrópoles, nas cidades. Há um processo de proletarização das camadas médias, por conta do choque do capitalismo e do avanço da precarização do trabalho. O fato é que você tem uma inquietação tremenda nas camadas médias assalariadas, por conta dessas lacunas.

As políticas do neodesenvolvimentismo melhoraram a vida dos pobres, mas uma parte das camadas médias assalariadas - classe média - talvez não tenha piorado, mas também não teve mudança significativa, e talvez essa insatisfação tenha a ver com isso, porque com a crise a situação torna-se mais explícita nesses limites do neodesenvolvimentismo. Essa inquietação social cresceu, e isso explica as manifestações de junho de 2013, foi uma manifestação de massa nas ruas que denominei "rebelião do precariado", porque se trata da manifestação social, num primeiro momento, da juventude altamente escolarizada que não encontrou perspectivas de emprego decente (depois, as ditas Jornadas de Junho de 2013 foram incorporadas

por pautas de direita, por obra e graça da TV Globo, ocultando seu sentido progressista). Na verdade, o neodesenvolvimentismo de Lula e Dilma alterou a dinâmica do mercado de trabalho no Brasil. Embora tenha crescido a formalização e diminuído o desemprego, persistiu a criação de postos de trabalho de baixa qualidade (de três empregos abertos, dois são precários ou terceirizados).

Apesar do aumento relativo das remunerações médias, elas permanecem baixas - quase 80% ganham de um a dois salários-mínimos. Mas na medida que se expandiu a massa salarial, aumentou-se a demanda efetiva. Para as camadas pobres, historicamente excluídas do mercado de consumo, foi um movimento bastante satisfatório. Entretanto, para uma juventude trabalhadora das camadas médias, pessoas mais escolarizadas com expectativas de realização profissional e anseios de consumo de marca, baixos salários e contratos precários tornaram-se fonte de profunda insatisfação e inquietação. O Governo Dilma, sentindo-se encurralado, paralisa-se pela incapacidade de atender de imediato demandas populares e pelo cerco político dado pelos aliados de direita (o PMDB), que bloqueiam a resposta política necessária dada pelo Governo Dilma: a Reforma Política. Enfim, não é a hora para a virada política porque Dilma encontrava-se em franca queda de popularidade e fim de governo com a corrosão da base de sustentação parlamentar. Crescem as acusações de corrupção política no seio do governo - o foco seletivo é o PT.

3 A CONJUNTURA DE 2015-2018

O terceiro período do ciclo é o período da crise do neodesenvolvimentismo (2015-2018), período de encurralamento do Governo Dilma (2015-2016), golpe de Estado (2016) e transição para a incerteza política (2017-2018). Em uma situação de crise das instituições democráticas, da economia e da sociedade (desemprego e desencanto com a política), inexistem perspectivas de crescimento sustentável, o que, no plano da economia, faz aumentar a dificuldade de arrecadar e “fechar as contas públicas” visando garantir o funcionamento dos serviços públicos básicos. A blindagem do pagamento de juros e dividendos da dívida pública, mecanismo de reprodução do poder da oligarquia financeira, é fato, não se discute: quase 50% do orçamento do que o Estado consegue arrecadar vai para o pagamento de juros da dívida pública, títulos do governo pertencentes aos grandes bancos, fundos de investimento, fundos de pensão - o capital financeiro. É o domínio material do “modo de produção” rentista-parasitário.

Portanto, a conjuntura de 2015-2018 é uma “conjuntura de impasses, exceção e incertezas”, caracterizada, primeiro, por **um governo que não governou** (Dilma eleita em 2014, não governa efetivamente de 2015 a 2016, tendo em vista as obstruções parlamentares no Congresso Nacional

por conta do Deputado Eduardo Cunha); e depois, com o *impeachment* de Dilma em setembro de 2016, **um governo ilegítimo**, o Governo Michel Temer, governo que nasceu com um golpe de Estado de novo tipo.

Ao mesmo tempo, 2015-2018 é a conjuntura da maior recessão da história republicana no Brasil desde 1930, o período do ajuste fiscal, e depois, o período das reformas neoliberais de Michel Temer (Reforma do Teto do Gasto Público, Lei das Terceirizações e Reforma Trabalhista). Exacerba-se a crise social com o aumento do desemprego aberto, que duplica em 2 anos, chegando a 12 milhões de trabalhadores brasileiros em 2017. A incerteza política aumenta devido ao desgaste do projeto político de direita e o bloqueio institucional do projeto político da oposição de esquerda, por via do Poder Judiciário. Trata-se da operação do Estado neoliberal, operador político e social intocável da oligarquia financeira dominante. Mudar o Estado político do capital não se muda tão somente por meio de eleições, exigindo um processo histórico, social, cultural e político de maior envergadura (qual o sujeito de classe?). Mesmo com a Constituição de 1988, temos nas últimas décadas a persistência da ordem oligárquico-política cultivada na ditadura civil-militar. O sistema político que opera no Estado brasileiro não é um sistema que favorece a representação política popular. Pelo contrário, constituiu-se para representar os interesses das velhas e novas oligarquias das cidades e do campo (fazendeiros, industriais e banqueiros etc.). O Estado neoliberal criou a crise de representação política, totalmente alienada das massas. Enfim, a crise do neodesenvolvimentismo mostrou, de fato, a natureza do Estado neoliberal da qual os Governos de Lula e Dilma não se libertaram - pelo contrário, aceitaram “as regras do jogo”.

4 O FUTURO: a escuridão no fim do túnel

O debacle do neodesenvolvimentismo e o golpe de Estado de 2016 - em andamento - significaram repor, num patamar superior, a ofensiva neoliberal da década de 1990, indo muito além do Governo FHC: o Governo Michel Temer não apenas limitou o Gasto Público, como impôs a Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista, aprofundando a flexibilização laboral na CLT. Enfim, o tempo histórico mudou: a ofensiva neoliberal da década de 1990 não usufruiu do cenário jurídico-político “de exceção” e de miséria espiritual do Brasil de meados da década de 2010. A ruína do projeto político do neodesenvolvimentismo foi uma “crônica da morte anunciada”, tendo em vista que o projeto do lulismo, desde o começo, com todos seus limites políticos, “nadou contra a corrente” do capitalismo neoliberal num cenário de longa depressão da economia mundial a partir de 2008. Em sua etapa de crise estrutural da lucratividade, tornou-se exigência crucial do capital o aumento da taxa de exploração da

força de trabalho ou a redução do custo do trabalho. Entretanto, sob os Governos Lula e Dilma o salário-mínimo cresceu cerca de 70% e os acordos salariais representaram importantes conquistas salariais para os setores organizados. Ao mesmo tempo, verificou-se uma queda significativa na taxa de desemprego aberto nas regiões metropolitanas.

A lei do valor, como lei histórica, operou como a lógica intrínseca do Golpe de 2016, realizando o que Michal Kalecki observou há tempos:

Com efeito, sob um regime de pleno emprego permanente, a demissão deixaria de desempenhar o seu papel enquanto ‘medida disciplinar’. A posição social do patrão seria prejudicada, e a autoconfiança e consciência de classe da classe trabalhadora cresceria. As greves por aumentos salariais e melhorias nas condições de trabalho criariam tensão política. (KALECKI, 1983 *apud* MENELEU NETO, 2018).

Por outro lado, o compromisso político dos governos neodesenvolvimentistas com o gasto público e a transferência de renda para os pobres incomodava o bloco no poder da oligarquia burguesa sob a dominação financeira. As políticas de inclusão social ameaçavam a médio e longo prazo a dedicação do fundo público ao pagamento dos dividendos e juros da dívida pública interna. Tornou-se necessário impor um teto para o gasto público em detrimento das necessidades sociais.

Numa situação de expansão e crescimento cíclico, a lei do valor opera e “permite” o antivalor como determinação contraditória. Entretanto, isto não ocorre num cenário de longa depressão da economia global (como ocorre desde 2008). Por isso, o projeto neodesenvolvimentista tornou-se a crônica de uma morte anunciada desde a Grande Recessão nos EUA, pois naquela inflexão histórica, o capitalismo global (e a geopolítica do imperialismo neoliberal, na qual o Brasil se inseria), projetou-se para um novo patamar histórico.

A globalização a partir da década de 1990 elevou a concorrência global, com a inserção da China na Organização Mundial do Comércio. A lei do valor passou a operar vorazmente, fazendo com que a lógica da superexploração da força de trabalho se tornasse a característica do mundo do trabalho, inclusive no núcleo orgânico do capitalismo global (SOTELO VALENCIA, 2018). A financeirização do capital levou à hipertrofia das finanças, operando **não** como contratendência à queda da lucratividade, mas como modo de deslocamento de contradições do sistema (ALVES, 2018). No cenário da longa depressão do capitalismo do Século XXI, é a dita “Quarta Revolução Industrial” que se torna um importante movimento contratendencial, na medida em que contribui para a desvalorização do capital constante. No plano da essência do sistema, a utilização da desvalorização do capital variável como mecanismo contratendencial de

maior eficácia para reduzir a composição orgânica do capital, principal causa estrutural da queda da lucratividade, possui uma condição *sine qua non*: a desvalorização do capital constante (capital fixo + capital circulante) deve ocorrer numa velocidade igual ou maior que a desvalorização do capital variável em termos de valor (MARX, 2017; ALVES, 2018).

5 TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO DO NOVO (E PRECÁRIO) MUNDO DO TRABALHO NA DÉCADA DE 2020

Primeiro, devemos ter a ampliação e o aprofundamento da lógica do trabalho flexível, com a consolidação da **nova precariedade salarial**, implicando não apenas a proliferação de novas formas de contratação precária no mercado de trabalho, mas novas formas de organização da jornada de trabalho, novos modos de remuneração salarial, formas de gestão e controle do trabalho sob espírito do toyotismo, e proliferação da nova base técnica informacional-digital nos espaços de trabalho (ALVES, 2011), que produzem transformações estruturais nos referentes materiais da lógica da exploração capitalista, repostos efetivamente sob novas condições sócio-históricas (com o movimento de redução do tempo de vida a tempo de trabalho, transfigura-se a categoria **jornada de trabalho**; com as novas formas de remuneração flexível, altera-se o modo de ser da categoria **salário**; e com as novas tecnologias em rede informacional e o teletrabalho, desterritorializa-se o **local de trabalho**).

Na medida em que se amplia no mercado de trabalho a nova precariedade salarial, com o surgimento da “economia de bicos” (*gig economy*) e a ideologia do autoempreendedorismo, para se manter um padrão decente de vida (ou “pagar as contas”, como se diz), o sujeito que trabalha é obrigado a ter dois ou três empregos. Enfim, presenciamos no plano do mercado de trabalho novas modalidades de desemprego oculto, desocupações não apreensíveis pelos indicadores socioestatísticos. Por exemplo, diante da pequena recuperação da economia, as taxas de desemprego podem até cair, mas tendem a ocultar o desemprego “por desalento” e as profundas e amplas mudanças na superpopulação relativa com a nova precariedade salarial.

Por outro lado, a nova morfologia do trabalho flexível, delimitada por Ricardo Antunes no seu novo (e interessante) livro (ANTUNES, 2018), tem impactos candentes no sociometabolismo do trabalho estranhado, com a complexificação das novas formas de manipulação psicológica e “captura” da subjetividade, na medida em que a “cultura do medo”, sedimentada pela nova precariedade salarial, e o espectro do desemprego são utilizados como **afetos disciplinadores** das massas.

Segundo, as dificuldades da economia global por conta da longa depressão decorrente da crise de 2008 possuem como causalidade estrutural a crise estrutural de lucratividade, ocasionada pela pressão histórica do aumento

da composição orgânica do capital. A queda tendencial da lucratividade impõe, ao lado de outros movimentos contratendências (como, por exemplo, principalmente o aumento da taxa de exploração), a necessidade de “queima” de capital fixo por meio de mudanças técnicas aceleradas, o que significa aumentar a presença de novas tecnologias nos nichos laborais de serviços e da indústria (a longa depressão de 1873-1895 significou o imperialismo e a Segunda Revolução Industrial; a longa depressão de 1929 conduziu-nos ao protecionismo e à Guerra Mundial - todas as formas de “queimar” capital fixo). Entretanto, para que possa operar um alavancamento na renovação tecnológica, o capital vai exigir um novo nível de concentração e oligopolização, tendo em vista que o grande endividamento das empresas faz com que poucas delas tenham condições de acompanhar as condições de concorrência global.

Terceiro, com a ampliação e afirmação do regime de acumulação flexível, deve-se aprofundar a fragmentação do proletariado: o perfil da força de trabalho será caracterizado pela presença da contingência e intermitência salarial em um cenário de profunda redundância laboral. A “economia de bicos” é expressão do novo e precário mundo do trabalho, com impactos na dimensão morfológica e sociometabólica. A fragmentação do proletariado é um fenômeno político, ideológico e cultural, principalmente devido ao prosseguimento da crise da consciência de classe dada pela crise de partidos e sindicatos. Apesar da velocidade da crise do capital, o mundo do trabalho ainda está paralisado no interior da turbulência da **crise ideológica** e política iniciada com a transição para o capitalismo global no começo da década de 1990.

Na medida em que se ampliou a classe social do proletariado, aprofundaram-se suas clivagens internas com o surgimento de novas frações, camadas e categorias imbuídas de novas qualificações, anseios e valores. Uma delas é o precariado, jovens precários altamente escolarizados imersos em incertezas e insegurança crônica. Guy Standing equivoca-se ao considerar o precariado como uma nova classe social e não uma camada social da classe do proletariado. De acordo com ele, o precariado,

[...] para se tornar uma classe transformadora [sic] [...] necessita ultrapassar o estágio de rebelião primária manifestado em 2011 e se constituir como uma classe-para-si, capaz de se assumir como força de mudança. (STANDING, 2014).

O erro político decorre do equívoco heurístico sobre o proletariado no Século XXI. Guy Standing não percebeu a natureza do precariado, **não** como uma nova classe, mas uma nova camada social do proletariado como classe histórica. A estratégia política do Século XXI **não** é afirmar o particularismo do precariado, mas sim construir, política e ideologicamente, a **unidade de classe** do proletariado como sujeito histórico capaz de negação da barbárie social do capital.

No caso do Brasil, a derrota do projeto de esquerda, representado pelo Partido dos Trabalhadores, com o Golpe de 2016 e a prisão de Lula

em 2018 significou o encerramento melancólico do ciclo histórico iniciado no decênio 1979-1989, a década de explosão do sindicalismo e organização da sociedade civil cristalizada nas conquistas sociais da “Constituição-Cidadã” de 1988. É provável que o novo ciclo de luta de classes, que se inicia na década de 2020, diante das novas contradições candentes abertas pelo capitalismo global, deve exigir uma nova capacidade política, ideológica e organizacional das esquerdas - inexistente hoje - num cenário de profunda instabilidade da ordem democrática no plano interno; e no plano externo, o confronto comercial e geopolítico entre os dois “modelos de desenvolvimento” do capital (o decadente EUA *versus* a ascendente China) que percorrerá o Século XXI.

6 REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **O duplo negativo do capital**: ensaio sobre a crise do capitalismo global. Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2018.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2014.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo e o capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. V. 3. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MENELEU NETO, José. **Crise capitalista, luta de classe e golpe no Brasil**. Fortaleza: [s. n.], 2018.
- ROBERTS, Michael. **The long depression**: how it happened, why it happened and what happens next. Chicago, IL: Haymarket Books, 2016.
- SOLOW, Arthur. Evolução da dívida pública brasileira desde 1978. **Terraço Econômico**, 22 jul. 2016. Disponível em: <<http://terracoeconomico.com.br/evolucao-da-divida-publica-brasileira-desde-1978-um-grafico-para-voce-refletir>>.
- SOTELO VALENCIA, Adrián. **Estados Unidos en un mundo en crisis**: geopolítica de la precariedad y la superexplotación del trabajo. Barcelona: Anthropos, 2018.
- STANDING, Guy. O precariado e a luta de classe. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 103, maio 2014.